



UNIVERSIDADE

ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

David Junior Bras dos Reis

Educação Ambiental: Uma abordagem histórica.

LONDRINA

Dezembro de 2008

David Junior Bras dos Reis

Educação Ambiental: Uma abordagem histórica.

Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado no curso de História apresentada como requisito parcial para aprovação, sob a orientação do Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida.

LONDRINA

Dezembro de 2008.

David Junior Bras dos Reis

Educação Ambiental: Uma abordagem histórica.

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof Dr. Jozimar Paes de Almeida
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina

Profa Dra Zueleide Casagrande de Paula
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, de de 2008

DEDICATÓRIA

É fato, vivemos em um mundo a beira de um colapso ambiental, isto, graças ao comportamento desempenhado pelo seres humanos na terra, com um desenvolvimento semelhante das pragas em uma plantação agrícola, a qual visa sua sobrevivência destruindo o seu próprio ambiente, com uma exploração desenfreada que só termina quando tudo já estiver arrasado.

Portanto, dedico este trabalho àqueles que de alguma forma enxerga que algo não está certo, que o caminho percorrido não é este, consciente das estratégias destruidoras desempenhadas em pro do desenvolvimento econômico, sentindo que desta forma deixaremos de existir, e pior que iremos sacrificar não só a raça humana, mas boa parte da vida existente na terra morrerá, inclusive até o próprio planeta, pois com base na teoria de Gaia: a terra é um organismo vivo sujeita as mesmas fragilidades de um ser vivo.

Dedico este trabalho também aos pesquisadores de assuntos relacionados ao meio ambiente, os quais dedicam suas vidas e tempo, pesquisando o assunto, trazendo a tona conhecimentos capazes de despertar mudanças de consciências.

A Gaia

AGRADECIMENTOS

Qualquer tipo de atividade humana, dificilmente é realizado individualmente, sempre vamos precisar do outro para nos ajudar, o qual contribui, compartilhando experiências próprias em proveito de um interesse comum, como é o caso de um trabalho de conclusão de curso acadêmico, seria impossível realizá-lo sozinho. Deste modo, gostaria de agradecer o empenho e contribuições de professores, amigos e familiares que de alguma forma possibilitaram a realização da minha monografia. Em destaque agradeço: meu orientador, que com certeza superou minhas expectativas, tornam-se um privilégio ter recebido tanta carga de conhecimentos, não só de história ambiental, mas todo emaranhando teórico da histórica, como exemplo o brilhante e polemico texto “vir-a-ser” de Heráclito, citado por Nietzsche. Seu empenho e dedicação foram fundamentais, Jozimar, obrigado; Aos meus amigos Diego, Lilian, Fernando e Emorgenes que muito me aconselharam e me escutaram em conversar paralelas, incentivando-me a pensar e entender melhor o assunto acerca do meio ambiente; Em se tratando de educação, tenho que ser muito grato a minha esposa Allyne, graduada do curso de pedagogia, me auxiliou muito com este trabalho, visto que, além de ser de história, meio ambiente é também de educação e em ultimo, mas não menos importante, aos meus pais. Tenho por eles o agradecimento pela minha vida, pois se estou aqui hoje foi graças ao comportamento da sua geração que mesmo não sendo o ideal, ainda não sacrificou o futuro da vida. Será que vou ter o agradecimento do meu filho em um trabalho similar no futuro?

RESUMO

A nossa pesquisa, se insere no campo das preocupações da história ambiental, entendendo que o homem age no tempo, age na natureza, e assim modifica-a. Diversos trabalhos vêm sendo desenvolvidos sobre o meio ambiente, fruto das implicações da degradação ambiental, tais como, a expansão urbana para áreas não habitadas e o desmatamento. Como resolução concreta dos problemas do Meio Ambiente, surge a educação ambiental como proposta, dimensionando seu conteúdo e prática como forma de orientação de uma nova consciência. Para tal, entendemos a necessidade de se contextualizar o diálogo entre História, Educação Ambiental e Sociedade. Temos como objetivo analisar o que entendemos por história ambiental, o momento sócio histórico onde o seu debate ganha ênfase e assim compreender as questões relativas. Procuramos contextualizar historicamente a Educação Ambiental em relação à sociedade contemporânea, analisando assim seu papel, entendendo esta como prática social, concreta e histórica, construída em meio às relações sociais.

Palavras Chave: História Ambiental, Educação, Meio Ambiente, História Política.

ABSTRACT:

Our research, is part of the concerns in the field of environmental history, arguing that the man acts in time, it acts in nature, and thus changing it. Several papers have been developed on the environment because of the implications of environmental degradation, such as urban sprawl into areas not inhabited and deforestation. As a practical resolution of the problems of the Environment, comes as environmental education proposal, calculating its content and practice as a form of guidance of a new consciousness. To this end, we feel the need to contextualize the dialogue between History, Environmental Education and Society. We intended to analyze what we mean by environmental history, social history the moment where the debate gets your attention and so on the understanding of the issues. We tried to contextualize historically Environmental Education in relation to contemporary society, examining its role well, considering this as a social practice, practice and history, built in the midst of the social relations.

Keywords: Environmental History, Education, Environment,

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação. | 09 |
| 1. História e Meio Ambiente. | |
| 1.1 <i>Fundamentação metodológica</i> | .14 |
| 1.2 <i>Um pouco de história</i> | .18 |
| 2. Educação ambiental. | |
| 2.1 <i>Os Princípios da Educação Ambiental</i> | .22 |
| 2.2 <i>A Educação Ambiental como função social</i> | .28 |
| Conclusão. | .33 |
| Referências Bibliográficas. | .37 |

APRESENTAÇÃO

Como tema para nossa pesquisa, colocamos o título “Educação Ambiental: Uma abordagem histórica”, pois o nosso objetivo é o de ampliar horizontes e possibilidades de diálogo entre a História, Educação Ambiental e Sociedade. Inserimos nossa preocupação na linha da chamada História Ambiental, campo este que, no Brasil, já se encontra consolidado enquanto tema de pesquisa.

Podemos observar esta incidência tomando, por exemplo, as obras sobre temas relacionados de pesquisadores como Jozimar Paes de Almeida¹, Gilmar Arruda² e Maria Lígia Coelho Prado³. No entanto, problematizar uma abordagem “histórica” da questão tocante à educação ambiental contribui para o constante aprofundamento teórico-metodológico, contribuindo para que tanto a ação educativa quanto a pesquisa fundamentem-se em princípios cada vez mais sólidos.

Mas, quando falamos em História Ambiental, a que estamos nos referindo? Sem querer nos adiantar, pois trabalharemos esta questão mais a frente, podemos colocar que entendemos a preocupação do campo de estudos em questão a partir do entendimento que os homens produzem a sua história imprimindo na natureza a sua marca, assim como em uma atividade dinâmica e reflexiva, elaborando conhecimentos sobre esta produção. Neste sentido, tais conhecimentos criados poderiam transmitir, pela escrita, reflexões sobre essas impressões, permitindo compreender esses eventos e seus autores, pela forma ou pelo papel que lhes foi inscrito nesse processo⁴.

A partir destas referências, seleciono como tema da presente monografia, o estudo dos princípios da chamada Educação Ambiental, ou seja, busco analisar historicamente a sua constituição enquanto campo de reflexão em nosso presente. Ressalto, no entanto, que iremos nos restringir a alguns autores e obras destacados

¹ PAES DE ALMEIDA, Jozimar. **A extinção do Arco-íris: ecologia e história**, Campinas: Papirus, 1988.

² ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: O Historiador entre a História e a Memória. In: **Projeto História. Cidade e Campo**. São Paulo: Educ. n. 19, nov/1999, p. 121-143.

³ PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da USP, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

⁴ Recorro aqui à perspectiva de História Ambiental trabalhada em: PAES DE ALMEIDA, Jozimar. História Ambiental: Constituindo um campo de estudos. Disponível em http://www.uel.br/prograd/maquinacoes/art_6.html. Acesso em 7 de junho de 2008.

no decorrer de nossa monografia, buscando traçar um percurso de análise que apresente uma contribuição para compreensão deste vasto campo do conhecimento.

Nos últimos anos, tem aumentado o número de trabalhos de história sobre natureza e meio ambiente no Brasil, porém, o conceito de História Ambiental pode ser considerado recente no país. Isto porque, em termos internacionais, pelo menos desde a década de 1970, vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos sob essa abordagem, por conta dos debates sobre as conseqüências da degradação ambiental, tais como, a expansão urbana para áreas não habitadas e o desmatamento⁵.

Buscamos, na esteira destas propostas em História ambiental, pensar historicamente a educação ambiental, ou seja, pensar uma dimensão do conteúdo e da prática de educação orientada para a resolução dos problemas concretos do Meio Ambiente.

Nossa intenção é, dessa forma, analisar o contexto que propiciou a construção da problemática da Educação Ambiental. E, neste sentido, como historicamente se estabelecem as proposições deste campo a partir das análises sobre o tema, como as de Maria Cecília Pelicioni⁶, Carlos Loureiro⁷ e Pedro Jacobi⁸.

Iniciamos assim a problematização desta monografia refletindo sobre a Educação Ambiental, antes de tudo, como educação. Dessa forma podemos colocar que a designação “ambiental”, que completa a educação, refere-se, sobretudo, a uma necessidade de trazer para os processos educativos a análise interdisciplinar do ambiente.

É importante então declarar que a concepção de Educação que utilizamos neste estudo segue a delimitação proposta por José Carlos Libâneo, onde a Educação é vista como um acontecimento em constante transformação⁹.

⁵ Podemos citar aqui dois artigos referenciais sobre o tema, de Donald Worster, e José Drummond, publicados na: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

⁶ PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental: Evolução e conceitos. In: **Saneamento, Saúde e Ambiente**.. São Paulo: Manole, 2005, p. 587-598.

⁷ LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

⁸ JACOBI, P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, mai/ago 2005, p. 233-250.

⁹ LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, pra que?** São Paulo: Cortez, 2000.

Buscamos, pois, uma forma de entender a educação onde esta não pode ser a mesma em todas as épocas e lugares devido justamente a seu caráter socialmente determinado. Desta forma um conceito de educação expressa ser possuidor de uma constituição histórico-social.

Neste sentido entendemos educação mais como um processo particular ao qual podemos realizar uma abordagem histórica do tema. Assim, consideramos a educação ambiental como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida e que afirma valores e ações que contribuam para as transformações sócio-ambientais.

Neste processo são, portanto, necessárias responsabilidades, individual e coletiva, local e planetária, ou seja, adotamos aqui, também o conceito de Educação Ambiental, segundo proposta de Mauro Guimarães:

É eminentemente interdisciplinar, orientada para a resolução de problemas locais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. É transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida. ¹⁰

Podemos notar, que tanto as concepções referenciadas de Libâneo e de Guimarães se conjugam ampliando e reforçando este campo de estudo e de prática.

Feitas estas considerações iniciais, expomos agora de que forma elaboramos a estrutura desta pesquisa. Em nosso primeiro capítulo, objetivamos uma apresentação da problematização, onde pretendemos colocar as questões que julgamos pertinentes para pautar o embasamento da pesquisa aqui apresentada.

Neste primeiro capítulo, que designamos “História e Meio Ambiente”, vamos tratar de trazer esclarecimentos a respeito dos pressupostos e estratégias metodológicas adotadas no estudo. Propomo-nos, no primeiro momento, denominado “Fundamentação Metodológica”, expor de que maneira planejamos proceder metodologicamente no decorrer desta monografia, esclarecendo nossa

¹⁰ GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas, SP, Papyrus, 1995. p.28.

pretensão de elaborar um estudo acerca do processo histórico de constituição da chamada Educação Ambiental.

Buscamos nesta linha de estudo, diálogo com os princípios da História Ambiental, nas perspectivas já citadas de Jozimar Paes de Almeida e Donald Worster, onde se torna importante pesquisar a relação entre homem e natureza, que se reflete na organização da sociedade.

Mostra-se relevante dessa forma, ao desenvolvimento de nossa proposta, procurar reconstruir uma perspectiva sobre o contexto histórico no qual ocorre a possibilidade de se pensar acerca da temática em Educação Ambiental. Esta preocupação nos guia ao segundo momento deste capítulo inicial, onde a intenção é situar o problema da Educação Ambiental historicamente.

Trabalhamos então na linha de pensamento de Lima e Loureiro¹¹, a partir da qual buscamos estabelecer um esforço de síntese analisando diferenças conceituais que resultam na construção de diferentes práticas educativas ambientais.

Assim, trabalharemos pensando a educação ambiental como responsável pela transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como desdobramento o desenvolvimento de uma relação mais adequada do homem com o ambiente. Mas, ao mesmo tempo entendendo a educação ambiental enquanto processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social.

Encaminhamos a problematização promovendo um encontro com os estudos de Pelicioni e Jacobi, nos permitindo perguntar sobre o momento em que as questões relativas à Educação Ambiental se tornaram mais visíveis. Neste sentido, podemos observar que a “Educação Ambiental” tornou-se mais presente com discussões em conferências mundiais relativas ao tema do Meio Ambiente, como na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, teve seu primeiro de momento de maior visibilidade no congresso de Tbilisi, Geórgia,

¹¹ LIMA, G. F. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. In: **Ambiente & sociedade**, Campinas, v.6, n.2, p. 99-119, jul/dez 2003; e LOUREIRO, C.F.B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003b.; LOUREIRO, C.F.B. (Org.) **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003a.

em 1977, e foi foco importante na Rio-92, onde a educação ambiental foi tema presente em todas as propostas da Agenda 21¹².

Assim, entramos em nosso segundo capítulo, onde nosso intuito é pensar sobre os princípios da Educação Ambiental e, partindo do pressuposto que exista uma função social desta, nos perguntar sobre como poderíamos entendê-la.

Neste sentido, Jacobi afirma que a educação ambiental tem que buscar desenvolver “[...] a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas”¹³. Assim caminhando por esta linha de entendimento, podemos acrescentar a idéia de que se pretende, dessa forma, potencializar uma capacidade crítica e criativa dos agentes do processo educacional.

Com isto, ao buscar compreender o meio ambiente em todos os seus aspectos, a Educação Ambiental deve, seguindo seus objetivos e princípios, propiciar aos indivíduos a apropriação de valores sociais estimulando uma responsabilidade social.

Na reflexão de Marília Tozoni-Reis, podemos entender que a Educação Ambiental é dotada de função social, uma vez que para esta autora:

A educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental [...]¹⁴

Procuramos contextualizar historicamente a Educação Ambiental em relação à sociedade contemporânea, analisando assim seu papel, entendendo esta como prática social, concreta e histórica, construída em meio às relações sociais.

¹² JACOBI, P. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, mai/ago 2005, p. 233-250, e, PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental: Evolução e conceitos**. In: **Saneamento, Saúde e Ambiente**. p. 587-598. São Paulo: Manole, 2005.

¹³ JACOBI, P. Meio ambiente e educação para a cidadania: o que está em jogo nas grandes cidades. In: SANTOS, J. E.; SATO, M.(orgs.) **A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Paulo, RIMA. 2001, p.431.

¹⁴ TOZONI-REIS, M.F.C. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. In: **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**. v. 54, n. 9, 2001, p.137.

Situamos desta forma, a proposta que desenvolveremos a seguir, em meio ao aumento do debate sobre questões ambientais, sobretudo no campo do conhecimento. Buscamos assim ampliar horizontes e possibilidades de diálogo entre a História, Educação Ambiental e Sociedade.

1. HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE

1.1. Fundamentação Metodológica.

Como estratégia metodológica, buscando coerência com a prática de pesquisa, nos inspiramos aqui no trabalho de Jozimar Paes de Almeida¹⁵ e Donald Worster¹⁶. Entendemos as propostas destes autores – que apresentaremos na seqüência – como meios através dos quais é possível analisar a historicidade da Educação Ambiental, de forma a apontar suas tendências de constituição teórica, e, assim as relações com os princípios norteadores do debate, bem como a questão tocante à pretensão de função social da chamada Educação Ambiental.

Assim, trazemos para análise algumas considerações acerca do que entendemos enquanto perspectiva de trabalho do historiador em História Ambiental. Neste trabalho História é pensada, antes de tudo, como estudo do homem sobre suas atividades. Organizamos a pesquisa tendo em vista esta linha de pensamento, concordando com o raciocínio de Marc Bloch que define o objeto de estudo do historia da seguinte maneira:

[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis das paisagens, (os artefatos ou as máquinas) por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está sua caça.¹⁷

Como trabalhamos aqui não só com História, mas com História Ambiental, é necessário justificar também nossa estratégia de abordagem, a relação entre

¹⁵ PAES DE ALMEIDA, Jozimar. História Ambiental: Constituindo um campo de estudos. Disponível em http://www.uel.br/prograd/maquinacoes/art_6.html. Acesso em 7 de junho de 2008.

¹⁶ WORSTER, Donald. Para fazer a História Ambiental. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.198-215.

¹⁷ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.54

homens e meio ambiente. Entendemos que os homens constroem relações entre si e o meio ambiente, expressando estas por meio da história.

Com isso, estudar o processo de constituição da Educação Ambiental é, portanto uma abordagem histórica na medida em que busca pesquisar reflexões contidas no interior do processo de reflexão a respeito da relação homem-meio ambiente. Estamos aqui trabalhando com a linha de raciocínio proposta por Jozimar Paes de Almeida quando este argumenta que:

[...] os homens produzem a sua história imprimindo na natureza a sua marca: diques, estradas, ferramentas, casas; assim como em uma atividade dinâmica e reflexiva, elaboram conhecimentos sobre esta produção. Esses conhecimentos criados podem transmitir, pela escrita, reflexões sobre essas impressões, permitindo compreender esses eventos e seus autores, pela forma ou pelo papel que lhes foi inscrito nesse processo.¹⁸

A partir desta perspectiva fomos construindo em nossa pesquisa, os procedimentos julgados adequados para nosso estudo. Assim, percebemos o fenômeno em estudo – a educação ambiental – como processo socialmente constituído e historicamente determinado, inacabado e em constante movimento.

Neste sentido, para alcançar uma base de compreensão acerca do fenômeno que propomos estudar, foi necessário estabelecer relações e interações onde construímos uma fundamentação metodológica à pesquisa.

Como já salientamos, no estudo em História Ambiental, existe a possibilidade, em nosso caso, da reflexão do homem a respeito de suas ações sobre a natureza, ser vista como documento histórico, pois através destas pode-se perceber o papel do ambiente no desenvolvimento da sociedade e a relação desta com aquela. Ora, podemos afirmar então, de acordo com Paes de Almeida, que:

A natureza, onde se constituiu a vida, é composta por energia e matéria, formando um complexo sistema de condições atmosféricas, hidrológicas, geológicas, climáticas, energéticas, gerando ciclos bio-fisioquímicos favoráveis à composição de organismos vivos e que por sua mortalidade, necessariamente tem que se renovar constantemente, dependendo, pois, de seu bom funcionamento para que isto ocorra. Dessa forma, as ações que a organização social

¹⁸ PAES DE ALMEIDA, Jozimar. História Ambiental: Constituindo um campo de estudos.

efetuar sobre ela são de vital importância para a existência e condições de vida desta geração e conseqüentemente das futuras.¹⁹

Muitos foram os estudiosos que se destacaram nesta possibilidade de estudo da natureza. Para nosso trabalho buscamos diálogo – além de Jozimar Paes de Almeida – também com o estado-unidense Donald Worster. Worster em seu artigo “Para fazer a História Ambiental”, elabora uma apresentação sobre o surgimento da História Ambiental e a sua relação com a sociedade em perspectiva histórica. Desta maneira, ao analisar a relação homem/natureza, o autor afirma que “as idéias são socialmente construídas e, portanto, refletem a organização das sociedades”.²⁰

Para este autor, a relação entre produção humana e meio ambiente é lógica e reflexiva. Desta maneira, as alterações que ocorrem no meio ambiente atingem diretamente o homem, tendo-se como exemplo a devastação. A fusão da história e ecologia – isto é, a História Ambiental – possui assim, segundo Worster, três níveis de abordagens.

Embora estes constituam uma pesquisa única e ativa na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo; os três níveis de abordagens são:

O entendimento de como a natureza se organizou e funcionou no passado; o domínio sócio-econômico interagindo com o ambiente, através do trabalho, ferramentas e relações sociais, pelas diversas formas em que povos produziram bens de seus recursos naturais; e as percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação, que em nível intelectual tornam-se parte do diálogo de indivíduo ou grupo com a natureza.²¹

O meio ambiente aparece nesta perspectiva como um conjunto de todos os elementos contidos em um espaço e que foram modificados pelas ações humanas. A ecologia, como ciência que estuda esse meio ambiente, parte então do princípio que tudo está relacionado com tudo.

¹⁹ Idem.

²⁰ WORSTER, Donald. Para fazer a História Ambiental. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 211.

²¹ Idem, Op. Cit., p.202.

Ao longo do século XX, a ecologia ampliou o seu campo de influência, não se circunscrevendo somente ao campo das ciências naturais, mas, envolvendo e dialogando com as ciências sociais, em nosso caso a História:

No decorrer do século XX, essa disciplina científica (Ecologia) ampliou o seu campo de influência, não se restringindo mais apenas ao campo das ciências naturais, abrangendo as Ciências Sociais. Como o ecossistema abrange o mundo natural, e o homem dele faz parte, pode-se inferir que, nesse processo dinâmico, o ecossistema é uma relação social, pois está intrinsecamente integrado às ações humanas.²²

Ou seja, compartilhamos com Paes de Almeida e Worster a perspectiva de que uma vez o ecossistema compreendendo o mundo natural, e o homem fazendo parte dele, no estabelecer deste processo de interação, visualizando o ecossistema como uma relação social, uma vez que se conecta as ações humanas. Assim, a ecologia ao enfatizar as relações estabelecidas entre o homem e a natureza, receberia a denominação de ecologia humana, e, ao orientar a aplicação desse conhecimento na sociedade, possibilitaria a ecologia política.

Desta forma, seguindo o pensamento destes autores, pode-se explicar esta interação entre história e ecologia, através do entendimento da complexidade dos sistemas naturais, que estão ligados às formas como a sociedade humana estabelece as suas relações e as suas formas de produção, diferenciadas historicamente.

Assim entendemos como semelhança no trato com o tema, entre Donald Worster e Jozimar Paes de Almeida, a preocupação que ambos têm em buscar entender o sentido atribuído à natureza pelo homem, o que reflete na organização da sociedade. Com isso é nossa intenção proceder trabalhando a relação entre a preocupação dos homens em educar com a questão ambiental.

Dessa forma buscamos uma proposta onde a História Ambiental pode contribuir também para o entendimento da construção da preocupação com a Educação Ambiental. Nosso objeto de pesquisa será analisado então, segundo uma perspectiva metodológica de que a sociedade se constitui a partir da relação

²² PAES DE ALMEIDA, Jozimar. História Ambiental: Constituindo um campo de estudos.

homem/natureza, e a partir de idéias socialmente construídas que, de diferentes formas, mostraram uma sensibilidade diante das alterações ambientais.

1.2. Um Pouco de História

Por meio da história, ao buscarmos situar temporalmente nosso objeto de estudo – a Educação Ambiental – pretendemos entender de que maneira a natureza tem sido compreendida, de diferentes modos, dependendo da época em questão, levando em conta o contexto histórico. Segundo Maria Cecília Pelicioni, a Educação Ambiental tornou-se pauta de discussão de conferências mundiais, principalmente a partir da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972.

Nesta conferência procurou-se estabelecer, essencialmente, que a educação da população deveria ser direcionada, primordialmente, para disseminação de bases de opinião mais esclarecidas, tornando necessária assim a construção de um sentimento de responsabilidade nos indivíduos na busca da proteção e melhoria do meio ambiente.²³

O Encontro Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, Iugoslávia, 1975, veio na seqüência, com propostas e orientações que foram estabelecidas a partir do chamado “Programa Internacional de Educação Ambiental de Estocolmo”. Buscava-se aqui a divulgação de “uma nova ética global”, visando possibilidades de erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição e da dominação e exploração humana²⁴.

Desta maneira, segundo o estudo de Pelicioni, em suma, tal encontro colocava em pauta a urgência em se difundir processos de mudança de comportamentos, e de conscientização para o desenvolvimento e reforma nos sistemas educacionais vigentes de então, como o suporte de programas mundiais de educação ambiental.

Estas conferências se tornaram fundamentais para a disseminação do debate a respeito do meio ambiente, lançando também, por exemplo, bases para a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em 1977, Tbilisi, Geórgia. Pedro Jacobi aponta que a partir de então se iniciou:

²³ PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental: Evolução e conceitos. In: **Saneamento, Saúde e Ambiente**. São Paulo: Manole, 2005, p. 587-598.

²⁴ Idem, Op. Cit. p. 588.

[...] um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade [...]²⁵

No documento elaborado a partir das discussões na conferência em Tbilisi constrói-se uma proposta de conceito para a Educação Ambiental.

Segundo Pelicioni²⁶, e ainda, nas discussões de Sorrentino²⁷, os autores colocam que objetivos e os princípios da educação ambiental estavam sendo formulados enquanto estratégia de compreensão e condução da sustentabilidade ambiental e social do planeta.

Na Conferência de Tbilisi, em 1977, foi recomendada assim a formatação de um processo contínuo e estruturado para a educação ambiental, entendendo esta como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática de educação orientada para a resolução dos problemas concretos do Meio Ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável, de cada indivíduo e da coletividade.

Neste sentido, é importante destacar também a realização, já em meados da década de 1990, a “ECO-92”. Nesta conferência, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, a Educação Ambiental foi tema presente em todas as propostas da Agenda 21²⁸, onde se buscava proporcionar terreno para a busca de estratégias visando transformações sociais necessárias ao combate à pobreza. Esta discussão tinha a intenção de levar a população à obtenção de meios de subsistência sustentáveis que conduzissem e reorientasse a sociedade humana.

Apesar de não ser nosso interesse abordar detidamente o tema, é válido ressaltar que a “Agenda 21” se trata de um documento que procurava estabelecer a importância de cada país em se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a

²⁵ JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, março 2003, p. 190.

²⁶ PELICIONI, M. C. F. Op. Cit.

²⁷ SORRENTINO, M.; TRAJBER, R; MENDONÇA, P; FERRARO, L. A. Educação ambiental como política pública. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, mai/ago 2003, p. 285-299.

²⁸ Para maiores detalhes e informações sobre a Agenda 21, recomenda-se acessar o site do Ministério do Meio Ambiente, do Governo brasileiro: <http://www.mma.gov.br/>

forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e, todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais.

Assim, podemos perceber ao acompanhar o desenrolar do debate em torno do tema Educação Ambiental, que esta série de eventos realizados para discutir o tema possibilitaram um aperfeiçoamento da visão que se tem a respeito da questão do meio ambiente.

No Brasil, em 1997, foram realizados eventos específicos de Educação Ambiental que produziram conteúdo para a “Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização para a Sustentação”, em Tessalônica, Grécia, também em 1997.

Dentre as necessidades identificadas nessa conferência de Tessalônica, Pedro Jacobi salienta que ficou caracterizada a necessidade de um melhor preparo tanto de professores quanto de materiais didáticos²⁹. Também trabalhando nesta perspectiva, Pelicioni identifica a necessidade de ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares.³⁰

Ao analisarmos o que se discutiu com relação à questão da Educação Ambiental até esse momento, em meados de 1997, notamos a procura em salientar que o tema Educação Ambiental é constituído de importantes e complexas variáveis a serem transformadas pelos indivíduos e pela sociedade.

Dentre estas variáveis, chamamos atenção para fatores como sentimento de responsabilidade; uma ética que proporcione a erradicação da pobreza e da fome; consciência renovada a respeito do valor da natureza; diversidade e importância de práticas interdisciplinares; compreensão e elaboração de meios para que se atinja uma sustentabilidade ambiental.

Em função dos problemas identificados então com uma “crise ambiental” decorre a inserção das questões relativas à Educação Ambiental. Desta maneira, esta prática pode ser percebida como uma dentre as importantes estratégias visando à construção de um novo modelo de desenvolvimento social.

²⁹ JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.

³⁰ PELICIONI, M. C. F. Op. Cit.

Podemos afirmar assim que se tem em vista uma utilização sustentada dos recursos naturais, que leve em conta no seu processo à proposta de crescimento com equidade social e equilíbrio ecológico. Assim, observamos que se fez necessário, a partir das informações expostas sobre o processo de construção em Congressos Internacionais da educação ambiental a necessidade constante de se reavaliar políticas econômicas, educacionais e públicas no intuito de se identificar as dificuldades relativas ao processo de conscientização e disseminação dos já citados princípios da Educação Ambiental.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1 Os Princípios da Educação Ambiental.

A discussão em Educação Ambiental integra propostas educativas reconhecidas como relevantes para a construção de perspectivas ambientalistas de mundo e de sociedade como pudemos perceber ao estudar o percurso histórico do debate sobre o tema. Tal fato é passível de compreensão quando buscamos pensar Educação Ambiental enquanto prática educativa constituída a partir do processo de interação entre esferas sociais relacionadas com as “questões ambientais”.

Os debates, que adquiriram mais vigor nas últimas três décadas do século passado, em suas diversas tendências procuraram concretizar ações distintas, porém objetivando caminhos tidos como sustentáveis, requalificando a compreensão e o modo de pelo qual nos relacionamos na natureza.

Segundo Loureiro, no Brasil, as discussões relativas à Educação Ambiental se revestiram de caráter público abrangente em meados da década de 1980, onde a atuação crescente das ONGs ambientalistas e movimentos sociais passaram a incorporar a temática em suas “bandeiras”, por exemplo.³¹

Nesta linha, com relação ao debate educacional podemos buscar indícios desta preocupação presentes na inserção formal, a partir da obrigatoriedade constitucional, com a inclusão do tema, Educação Ambiental, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na publicação da Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795/1999.

De acordo com Loureiro tais instrumentos legais e documentos governamentais asseguraram a temática um caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira, ainda que possamos considerar que a Educação Ambiental não esteja consolidada nacionalmente enquanto política pública.³²

³¹ LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

³² LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

Nesta monografia parto do entendimento da Educação Ambiental principalmente, mas não exclusivamente, em sua vertente crítica, de caráter permanente e interdisciplinar, entendida como Educação política que, dentre outros princípios, preconiza que deve haver uma compreensão complexa do ambiente.

Esta linha de pesquisa amparada nas argumentações de Guimarães³³, Freitas³⁴, Loureiro³⁵ e Reigota³⁶, que dentre outros partilham da perspectiva onde se entende necessária a adoção de uma atitude crítica diante dos desafios que a crise civilizatória nos coloca, partindo-se do princípio de que o modo como vivemos não atende mais aos nossos anseios e compreensão de mundo e sociedade.

Ao entender que a Educação Ambiental deva trabalhar pela construção de mentalidades guiadas por valores como respeito à democracia, solidariedade, cooperação, compreensão e cidadania, é que pensamos ser preciso pensar a Educação Ambiental como um movimento crítico que leva, necessariamente, à profunda indagação sobre a gênese dos problemas ambientais, através da observação, reflexão, investigação acerca das situações concretas que se apresentam.

A Educação Ambiental teria assim a tarefa de auxiliar a humanidade a questionar-se sobre problemas ambientais, pretendendo compreender a interdependência entre as grandes questões ambientais que se colocam e as decisões político-econômicas que conduziram a tais situações. Dessa maneira, apontam-se como alternativa a adoção de princípios da chamada “Educação Ambiental Transformadora” – segundo Loureiro³⁷ – como sendo parâmetros para uma atividade educacional que esteja em sintonia com uma ação pedagógica “emancipatória”. Ou, ainda, nas palavras de Guimarães:

Uma educação ambiental crítica aponta para as transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem-natureza, na relação do homem com a sua própria subjetividade, num processo de construção coletiva de uma ética,

³³ GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas: Papirus, 1995.

³⁴ FREITAS, I. M. D. de. **A Utopia Compartida e o Compartilhar como Utopia – a educação ambiental no contexto de uma experiência ecológica integral: a eco-comunidade del sur**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado PPGEA/FURG. Rio Grande do Sul, 2003.

³⁵ LOUREIRO, C.F.B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

³⁶ REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

³⁷ LOUREIRO, C.F.B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**.

uma nova cultura, novos conhecimentos. Processos esses assumidos por sujeitos individuais e coletivos que desvelam a necessidade de construção de novo paradigma, um novo modelo de relacionamento com a natureza e de intervenção na história.³⁸

Com isso, podemos inferir que se pretende assim intensificar uma capacidade crítica e criativa do ser humano, habilitando perspectivas de mudança em atitudes. Tal processo, ao ser posto em movimento, viria a criar possibilidades de transformações concretas com relação a princípios que orientam a sociedade, e também na intervenção participativa do homem em seu meio, inspirando-se necessariamente em preocupações sócio-ambientais. Assim, se pensa em mudanças de atitudes e apropriação reflexiva de comportamentos compatíveis com um desenvolvimento sustentável.

Seguindo esta proposta de raciocínio, compartilhamos com Guimarães o conceito de Educação Ambiental³⁹, onde entendemos que esta prática é uma busca da possibilidade de educação interdisciplinar, voltada para a resolução de problemas locais. Uma educação que articule a participação da comunidade, criatividade e dê valor às ações. Sendo, desta maneira uma educação crítica da realidade que esta sendo vivenciada, transformadora de valores e atitudes por meio da apropriação reflexiva de hábitos e conhecimentos.

Com isso pretendendo que produzam uma ética, sensibilizadora e conscientizadora voltada à relações integradas entre “homem/sociedade/natureza” na busca por um equilíbrio entre o local e o global como forma de se atingir melhorias na qualidade de todos os níveis de vida.

Isto é também o que Freitas designa como princípio para a Educação Ambiental⁴⁰ entendendo esta enquanto processo de educação permanente, de intervenção político-pedagógica que pode se encontrar presente em todos os espaços que educam os homens. Uma proposta educativa pautada por princípios que objetivem a transformação, através da adoção de novas relações entre natureza e sociedade, na afirmação de uma sociedade de direitos e ambientalmente justa.

³⁸ GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: No consenso um embate?** Campinas, SP, Papirus, 2000, p. 84.

³⁹ GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação.** Campinas: Papirus, 1995, p.28

⁴⁰ FREITAS, I. M. D. de. Op. Cit. p.157.

Colocando tais entendimentos em diálogo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global⁴¹ podemos analisar que neste documento estão sendo definidos alguns princípios balizadores para esta perspectiva de Educação Ambiental. Especificamente na medida em que o documento se refere ao enfoque humanista, holístico, democrático e participativo. Destaca-se assim o caráter ideológico da educação ambiental, conferindo enfoque à relação entre homem, natureza e universo, através de uma visão holística e de uma forma interdisciplinar.

Da mesma forma, também são afirmados princípios básicos da Educação Ambiental na “Lei Ambiental”, Lei Federal 9795/99⁴² de 7 de abril de 1999. Aqui, destacamos além do enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, também a vinculação entre questões de ética, educação, trabalho e práticas sociais. De tal maneira buscando-se garantias de continuidade do processo educativo especialmente no trato às questões ambientais, com uma permanente avaliação crítica dos procedimentos.

Ao nos propormos este estudo, é sempre importante ressaltar a característica inacabada que colocamos à compreensão do conceito de Educação Ambiental, entendendo-o enquanto conceito em construção. Assim o que observamos neste momento da pesquisa, ao colocar o diálogo entre documentos e autores sobre o tema, é que se percebe um estímulo à solidariedade, igualdade e respeito aos direitos humanos.

Notamos também que se pretende uma maior valorização das diversas formas de conhecimento, a integração de saberes, valores, atitudes e ações ao desenvolvimento de consciências éticas a respeito do convívio e exploração de todas as formas de vida com as quais nós, seres humanos, compartilhamos o planeta.

⁴¹ GRUPO DE TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (GTONG). **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro: 1992.

⁴² Neste link pode-se ter acesso ao documento na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em 26 de outubro de 2008.

Desta maneira, e de acordo com Novo⁴³, entendemos que dentro de orientações de educação para a transformação social, a prática de educar significa ter a pretensão em auxiliar pessoas a compreender a razão de seus atos, entendendo os preceitos éticos que os orientam, os valores balizadores de suas ações. Neste sentido, Reigota afirma:

[...] educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza [...] a educação ambiental como educação política enfatiza antes a questão 'por que' fazer do que 'como' fazer.⁴⁴

O princípio fundamental da Educação Ambiental seria assim o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma prática educacional, busquem escrever sua própria história e construam suas próprias alternativas de ação, sendo então atitudes participativas e democráticas.

Com isso seria o objetivo essencial contribuir para mudanças de atitudes humanas em relação ao meio ambiente. Daí, pensamos o papel da educação, enquanto mediadora entre o conhecimento e os alunos, enquanto prática coerente com a promoção de uma cidadania responsável e pautada em princípios de respeito às gerações futuras.

Compartilhamos então com Loureiro a concepção do meio ambiente em sua totalidade e da interconexão entre meio natural, socioeconômico e cultural, tendo a sustentabilidade como pano de fundo. Dessa maneira analisando os desdobramentos de nossas ações tendo em vista a relação com os princípios que nos guiam e a forma como percebemos o outro. O autor afirma caber à Educação Ambiental:

[...] gerar um sentido de responsabilidade social e planetária que considere o lugar ocupado pelos diferentes grupos sociais, a desigualdade no acesso e uso dos bens naturais e nos efeitos desse processo, as diferentes culturas e modos de entender a ameaça à vida no planeta, problematizando as ideologias e interesses

⁴³ NOVO, M. **La Educación Ambiental: Bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Universitas, 1996.

⁴⁴ REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.10.

existentes por trás dos múltiplos modelos de sociedades sustentáveis que buscam se afirmar no debate ambientalista.⁴⁵

Assim sendo, pretende-se uma atitude onde exista a busca pela construção de um paradigma sustentável, no qual haja o estabelecimento de relações consistentes entre conhecimento científico, inovações técnicas e mudanças sociais em favor da sustentabilidade econômica/social/ecológica.

Portanto, ao compreender o meio ambiente em todos os seus aspectos, a Educação Ambiental deveria, segundo seus objetivos e princípios, propiciar aos indivíduos a aquisição de novos valores sociais e fomentar seu sentido de responsabilidade social.

Neste sentido de entendimento, a respeito da Educação Ambiental, enfatiza-se então uma pretensão em potencializar capacidades críticas e criativas do homem, criando possibilidades para mudanças de atitude. Desta forma oferecendo terreno para transformações concretas dos princípios que orientam a sociedade e na intervenção participativa do homem no meio, balizada por critérios sócio-ambientais.

⁴⁵ LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004. p.58.

2.2 A Educação Ambiental como função social.

Quando a Educação Ambiental foi introduzida no contexto da educação formal existia a esperança não expressa de que todas as ciências, quando se comunicassem e conectassem, iriam constituir um quadro completo de como o planeta funciona e de como os seres humanos podem interagir com ele de maneira proveitosa. Neste momento a educação ambiental passou a ser parte de muitos tópicos de programas e em muitas disciplinas⁴⁶.

A Educação Ambiental que vem sendo discutida com maior ênfase no Brasil há poucas décadas – conforme pudemos observar em nossa análise anterior – assume então novas dimensões a cada novo momento, principalmente pelo quadro de degradação ambiental em que vivemos.

Assim, caminha-se na busca em efetivar práticas de desenvolvimento sustentável onde haja possibilidade de melhor qualidade de vida para todos, aperfeiçoando sistemas de valores que orientam o nossa agir, e nossa relação com o meio natural.⁴⁷

Percorrendo o trajeto proposto em nosso estudo, podemos colocar como pressuposto da Educação Ambiental uma função social. Esta prática pode ser compreendida como um processo que consiste em proporcionar às pessoas uma compreensão das relações e inter-relações do meio ambiente, pretendendo estimular atitudes e valores que direcione ações visando um acréscimo nos debates que pretendem a resolução de problemas ambientais.

Neste sentido, o entendimento caminha na direção de compreender que, na Educação Ambiental, vê-se uma aquisição de conhecimentos que não são integralmente adquiridos na escola. Esta prática visa formar indivíduos críticos, que entendam a cultura e o mundo onde vivem, construindo padrões éticos e questionadores, o que não se pode conseguir somente dentro do ambiente escolar e local, mas sim na relação deste com o contexto global.

⁴⁶ SÃO PAULO (Estado). **Conceitos para se fazer educação ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3ª ed. São Paulo, 1999.

⁴⁷ DE OLIVEIRA TAVARES, M.G.; MARTINS, E.; AVELAR, G.M.(2003). A Educação Ambiental, Estudo e Intervenção do Meio. In: **OEI-Revista Iberoamericana de Educación**. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/381Oliveira.pdf>. Acesso em 24 Ago. 2007.

Estamos colocando em pauta aqui um tipo de educação que também pode ser relacionada a uma prática que demonstra as questões ambientais enquanto componentes da cultura cívica dos direitos e deveres dos cidadãos.

No Seminário de Belgrado, em 1975, por exemplo – que foi evento preparatório para a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi, 1977 – foi produzida a “Carta de Belgrado” onde se descrevia educação ambiental enquanto busca para desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente.

E, ainda este documento propunha que neste processo, se enfatizasse que este cidadão tenha conhecimento, atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individualmente e coletivamente visando resolver problemas atuais e prevenir futuros⁴⁸.

Na Carta de Belgrado, é colocado como meta para a educação ambiental então o desenvolvimento de cidadãos conscientes do ambiente total. Assim, cidadãos preocupados com os problemas relacionados a este ambiente, tendo conhecimento, atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções mirando a resolução dos “problemas ambientais”.

Assim, concordando com Jacobi⁴⁹, a educação ambiental pode ser entendida como componente de uma cidadania abrangente. Esta desta maneira conectada a uma forma de relação homem/natureza, e sua dimensão cotidiana possibilita pensá-la enquanto soma de práticas e, pensá-la numa dimensão onde tenha potencialidades de generalização para o conjunto da sociedade.

Dessa maneira o homem, consciente que em suas ações no meio ambiente modifica-o e dialeticamente se transforma, seria capaz então de repensar e criticar as políticas ambientais, econômicas e sociais, utilizando-se de valores, como a ética, para se perceber enquanto construtor ou destruidor do meio ambiente.

A Educação Ambiental então se reveste de função social, pois permitiria pensar sociedade, economia, cultura e meio ambiente, não dissociados e reduzidos

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1998.

⁴⁹ JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, março 2003.

à um conceito universal, mas sim enquanto prática dialética construída em meio às mudanças cotidianas da nossa sociedade.

Buscamos assim compreender que não só políticas públicas são responsáveis pelas questões de meio ambiente, mas também os atos individuais transformam e são transformados pela Educação. Tal proposta nos permite então pensar no meio ambiente como universal e individual ao mesmo tempo. Pensamos então em indivíduos conscientes de sua participação ativa no meio ambiente, e que, com a contribuição da Educação Ambiental, são capazes de repensar suas atividades e atitudes em relação a este meio ambiente.

Analisamos então a existência de uma relação visível entre educação ambiental, sustentabilidade ambiental e cidadania, na razão de que entendemos estas enquanto campos que se complementam. Formam, a partir desta complementação, uma rede dinâmica que habilita perspectivas de conscientização e compromisso, à saúde e a justiça social, por exemplo. Como nos escreve Coimbra e Fernandes:

Apenas recentemente a cidadania ambiental ingressou no temário de interesse de grupos, povos e classes sociais. Sua elevação junto ao cenário social é tão recente quanto a própria questão ambiental, que passou a reclamar a atenção da sociedade global apenas nas últimas décadas do século XX, arrastando neste movimento uma série de questões com ela relacionada. Os movimentos sociais surgem como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão e da cidadania.⁵⁰

Sendo assim, podemos sim colocar que à Educação Ambiental cabe desempenhar uma função social, sendo uma das possibilidades para se desenvolver a cidadania em favor do meio ambiente. Uma possibilidade de educação que pretende a formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis.

Como nos diz Saviani, a educação ambiental enquanto educação, é formação humana, é educação em suas várias dimensões, é, portanto, um processo de

⁵⁰ COIMBRA, A. S.; FERNANDES, A. A. Movimentos Sociais e Educação Ambiental. In: **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental**. Volume 15, julho a dezembro de 2005.

apropriação, pelos sujeitos, da humanidade construída histórica e coletivamente pela própria humanidade⁵¹.

O processo educativo ambiental diz respeito então à relação entre cidadania e ambiente. Dessa forma, às formas históricas com que a humanidade se relaciona com o ambiente, e, assim, as relações entre sujeitos e, destes com o ambiente, imbuída de função social quando detectamos necessidades de participação política dos sujeitos sociais.

Deste modo, essa participação política com relação ao campo educativo se dá como apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos e práticas a respeito do ambiente. Assim, se podem garantir locais propícios à construção e reconstrução de valores voltados a uma relação responsável entre os homens e entre estes e o ambiente.

Nossa concepção então, a partir da qual partimos, é de que a apropriação crítica de conhecimentos considera o caráter social, histórico e dinâmico do ambiente. Assim, pretendendo função social à Educação Ambiental, buscamos aqui superar concepções biológicas, reducionistas, entendendo o ambiente como produto de inúmeros vetores, dentre eles questões relativas a interesses governamentais, como observamos nas análises anteriores neste trabalho.

Concordamos com Leff então quando este afirma que:

[...] o ambiente não é pois o meio que circunda as espécies e as populações biológicas, é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, como também novos potenciais produtivos.⁵²

Ambiente se torna assim parte fundamental dos processos de desenvolvimento de conhecimento ambiental. Este conhecimento, que uma vez problematizado, propicia o surgimento de ações direcionadas à construção de racionalidades social e ambiental onde sustentabilidade, justiça e democracia sejam partes integrantes e essenciais.

⁵¹ SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 1994.

⁵² LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Desta forma, conforme Loureiro⁵³ se constrói assim uma educação ambiental para a sustentabilidade. Uma forma de educação imbuída de função social na medida em que seja capaz de atuar na formação de sujeitos sociais críticos, participativos. Que tenha como parâmetro a construção de uma sociedade onde sustentabilidade se torne parte do entendimento de questões como democracia, justiça e autonomia.

Segundo o autor, isso significa superar a idéia de que a educação ambiental teria como objetivo a simples “mudança de comportamento” dos sujeitos para se conseguir criar comportamentos considerados ambientalmente corretos, busca-se aqui então mais que a Educação Ambiental se estabeleça no intuito de superar designações moralistas ou conteudistas. Assim, podemos considerar a Educação Ambiental como perspectiva da educação onde há uma prática intencional direcionada a ações sociais.

Sendo assim, estamos de acordo com Tozoni-Reis⁵⁴, pois entendemos que a Educação Ambiental pode imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social ao estabelecer relação com a natureza e com os outros homens. Assim, buscando intensificar essas atividades humanas, tornando-as mais enfáticas quanto à sua prática social e de ética ambiental.

Neste sentido então se educação é dimensão da atividade humana que busca articular teoria e prática, a educação ambiental é responsável pela interação e apropriação, por parte do homem, das qualidades e capacidades fundamentais a práticas transformadoras responsáveis face o ambiente em que vivem⁵⁵.

⁵³ LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

⁵⁴ TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

⁵⁵ Idem.

CONCLUSÃO

Estamos em meio à era da informação, acumulação, dinamização e globalização, utilizando-nos das mais variadas denominações para nos referirmos à sociedade da qual fizemos parte e ajudamos a construir e transformar. Na iminência do final da primeira década do século XXI, ainda nos encontramos vivendo estes processos que tiveram sua maior visibilidade em meados da década de 1990, e da nossa atual primeira década dos anos 2000.

Podemos perceber neste estudo que poucas coisas fazem realmente diferença, mas, uma delas, sem dúvida são as formas de educação. Diante dos processos contemporâneos o grande recurso do homem, no intuito de formar-se cidadão ainda é a educação, nas suas mais diversas formas e esferas. Isto porque entendemos no presente trabalho, como já consideramos anteriormente, que a capacidade de compreender e criar é, certamente, aquela que pode potencializar a mudança e a autonomia do homem, cidadão, crítico-reflexivo, em sua relação com outros homens e com o ambiente.

A Educação Ambiental começou a ser construída por necessidade de se oferecer soluções aos problemas sócio-ambientais do mundo de meados da década de 1960 e início da década de 1970, como a fome, e crescente poluição e destruição do meio ambiente. Nesta época ainda não se falava no termo Educação Ambiental, mas os problemas ambientais já demonstravam uma irracionalidade, insustentabilidade, do modelo de desenvolvimento capitalista. As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas assim por fortes impactos nas relações do homem com a natureza.

O diagnóstico do período é de conhecimento comum e, o momento ficou marcado pela alienação do homem para com o próprio homem, e deste em sua relação com a ambiente. Muitos hectares de florestas foram derrubados, pesados investimentos foram feitos em material bélico, produtos tóxicos usados indiscriminadamente. Ainda podemos falar na poluição do ar provocando doenças, mortes e comprometendo a temperatura e o clima do planeta, assim como, nos países considerados pobres os crescentes índices de mortalidade e falta de saneamento básico. Os mananciais hídricos estão cada dia mais em estado de

degradação, a fauna ameaçada e indústrias pesadas, grandes poluidoras se instalando em diversos países subdesenvolvidos.

A constatação deste cenário propiciou que diversos segmentos da sociedade ao redor do mundo se voltassem a pensar o problema do meio ambiente. Em meados da década de 1970, diversos eventos foram realizados nos quais foram debatidos a situação de degradação ambiental e formas possíveis de superação da mesma. A fim de se buscarem respostas a muitas dessas questões, realizou-se, por exemplo, em 1972, a Conferência de Estocolmo, onde então a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo da ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais.

A Conferência de Estocolmo inspirou um interesse renovado na Educação Ambiental na década de 1970, tendo sido estabelecida uma série de princípios norteadores para um programa internacional e planejado um seminário internacional sobre o tema, que se realizou em Belgrado, em 1975.

Dois anos mais tarde organiza-se então, em Tbilisi, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que se constitui então como ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental, conforme pudemos analisar ao estudarmos a trajetória do debate nos capítulos anteriores.

Nessa conferência postulou-se que Educação Ambiental seria um elemento essencial para uma educação global orientada para a resolução dos problemas por meio da participação ativa dos homens na educação formal e não-formal, em favor do bem-estar da comunidade humana. Como resultado dos debates travados a nível internacional construiu-se então a noção de desenvolvimento sustentável.

Este deveria ser um modelo de desenvolvimento que buscasse associar o equilíbrio do meio ambiente urbano, conservando a biodiversidade, bem como proteger e favorecer a melhoria da qualidade da vida humana. Devendo também satisfazer as necessidades do presente sem comprometer, no entanto, a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades

Na continuação deste debate internacional a respeito da Educação ambiental começa a ser preparada então a Conferência Rio-92, onde a preocupação principal centrou-se nos problemas ambientais globais e nas questões do desenvolvimento sustentável, agora na iminência da virada para o século 21.

Nessa conferência, em destacou-se, por exemplo, a produção do “Tratado de Educação ambiental para sociedades sustentáveis”, onde se explicita o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humano e harmônico de desenvolvimento, e se reconhecem dentre outros o direito e a importância das diferenças e o direito à vida, baseados em uma ética biocêntrica.

A Conferência Rio-92 busca estabelecer assim uma proposta de ação para os anos posteriores denominada Agenda 21. É elaborado assim este documento que procura assegurar o acesso universal ao ensino básico, em acordo com as recomendações da Conferência de Educação Ambiental de Tbilisi, 1977.

Com isso pretende-se aprofundar os processos educativos ambientais e apresentando-se a temática como condição básica para se construir uma racionalidade ambiental diferente, que possibilite outras possibilidades de relações entre a sociedade e a natureza, conhecimento científico e suas utilizações no mundo. Desta forma, entendemos Educação Ambiental na abordagem realizada neste estudo não vinculada simplesmente à transmissão de conhecimentos sobre a natureza, mas sim à possibilidade de participação social nas decisões políticas a respeito do Ambiente.

Assim, bem mais que novos conhecimentos pensamos a possibilidade de renovação do próprio processo de conhecer. Com isso preocupa-nos essencialmente a função social da Educação Ambiental, a sua pretensão em estimular ações que possibilitem relações equilibradas entre homem e seu ambiente, tendo por foco a sustentabilidade no processo de desenvolvimento global.

Construindo um saber mais integrador e global que traga em si compreensões de realidade a partir de um conhecimento ambiental que problematize e mobilize diversas disciplinas – como a Ecologia e a História, por exemplo – gerando novos conhecimentos, novas maneiras de ver a realidade.

O que entendemos ser a função social da Educação Ambiental desta maneira é a procura em proporcionar ao indivíduo possibilidades de compreensão dos problemas do mundo contemporâneo, visando a aquisição de conhecimentos científicos e técnicos e também de valores éticos, para perspectivas de se melhorar nossa qualidade de vida e proteger o meio ambiente.

Entendemos que a Educação Ambiental torna-se de extrema necessidade para a sobrevivência do homem na terra, bem como nos propor a entender o percurso histórico do seu debate e a sua função social, como procuramos realizar neste trabalho. Uma proposta em Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade trabalhando com atitudes, formação de valores a partir do ensino-aprendizagem na busca de modelos de conhecimento e responsabilidade ética nos indivíduos adequados ao nosso contexto sócio-histórico.

Compreendemos também que não só a escola deve estar envolvida nesta tarefa, mas a família, e as informações e opiniões veiculadas nos meios de comunicação, por exemplo. Pensar em Educação Ambiental deve significar hoje uma idéia que busque conciliar um avanço social e preservação ambiental.

Trabalhamos aqui em perspectiva crítica ao termo “desenvolvimento sustentável”, pois entendemos que neste existe a continuidade de perspectivas que consideram crescimento econômico enquanto estratégia para o desenvolvimento. Neste sentido entendemos que se torna inviável pensar em possibilidades de sustentabilidade do meio ambiente na medida em que se continuaria a agir no mundo como se ele fosse infinito, sendo que aqui partimos do entendimento de que não é.

Enfim, expressamos uma proposta de educação transformadora, importante enquanto compromisso social. Colocamos em pauta uma educação ambiental comprometida com questões de cidadania, consciente de seu papel transformador, ético, e voltado para a construção do conhecimento. Entendendo que por meio da educação ambiental, de qualquer nível – formal, ou informal – deve-se buscar uma sociedade mais justa, mais humana onde os homens estejam mais conscientes do seu papel de cidadão frente aos problemas ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: O Historiador entre a História e a Memória. In: **Projeto História. Cidade e Campo**. São Paulo: Educ. n. 19, nov/1999, p. 121-143.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/95 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Lei 9.795**, de 27 de abril de 1999.

COIMBRA, A. S.; FERNANDES, A. A. **Movimentos Sociais e Educação Ambiental**. In: Revista Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental. ISSN 1517-1256, Volume 15, julho a dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.remea.furg.br> Acesso em 10 Nov. 2008.

DE OLIVEIRA TAVARES, M.G.; MARTINS, E.; AVELAR, G.M. (2003). A Educação Ambiental, Estudo e Intervenção do Meio. In: **OEI-Revista Iberoamericana de Educación**. Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/381Oliveira.pdf>. Acesso em 24 Ago. 2007.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

FREITAS, I. M. D. de. **A Utopia Compartida e o Compartilhar como Utopia – a educação ambiental no contexto de uma experiência ecológica integral: a eco-comunidade del sur**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado PPGEA/FURG, Rio Grande do Sul, 2003.

GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Educação Ambiental: No consenso um embate?** Campinas, SP, Papirus, 2000.

GRUPO DE TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (GTONG). **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro: 1992.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, março 2003, p. 189-205.

_____. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, mai/ago 2005, p. 233-250.

_____. Meio ambiente e educação para a cidadania: o que está em jogo nas grandes cidades. In: **SANTOS, J. E.; SATO, M.(orgs.) A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Paulo, RIMA, p.423-437. 2001.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, pra que?** São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, G. F. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. In: **Ambiente & sociedade**, Campinas, v.6, n.2, jul/dez 2003; p. 99-119.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003a.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003b.

_____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVO, M. **La Educación Ambiental: Bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Universitas, 1996.

PAES DE ALMEIDA, Jozimar. **A extinção do Arco-íris: ecologia e história**, Campinas: Papyrus, 1988.

_____. **História Ambiental: Constituindo um campo de estudos**. Disponível em http://www.uel.br/prograd/maquinacoes/art_6.html. Acesso em 7 de junho de 2008.

PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental: Evolução e conceitos. In: **Saneamento, Saúde e Ambiente**, São Paulo: Manole, 2005, p. 587-598.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da USP, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004

SÃO PAULO (Estado). **Conceitos para se fazer educação ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3ª ed. São Paulo, 1999.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R; MENDONÇA, P; FERRARO, L. A. Educação ambiental como política pública. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, mai/ago 2003, p. 285-299.

TOZONI-REIS, M.F.C. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. In: **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**. v. 54, n. 9, 2001, p.132-143,

_____. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer a História Ambiental. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.